

À Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional,

Demonstrações financeiras individuais da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

Prezados senhores:

Esta carta de apresentação da Administração é fornecida em conexão com a divulgação das demonstrações financeiras da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, para o semestre findo em 30 de junho de 2025, com o objetivo de expressar o reconhecimento de nossas responsabilidades pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Termo Declaratório
- Relatório da Administração;
- Balanços Patrimoniais;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas; e
- Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em 26/11/2025

<https://www.emprestacapital.com.br/>

Diretor Financeiro

Contador

A Diretoria da RPW S/A SCFI declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

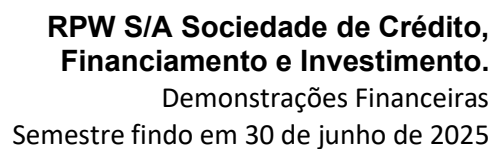


RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

(CNPJ: 06.249.129/0001-14)

Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 30 de junho de 2025



Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	6
Balanços Patrimoniais	10
Demonstrações do Resultado	11
Demonstrações do Resultado Abrangente	12
Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido	13
Demonstrações do Fluxo de Caixa – método indireto	14
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Prezados Acionistas e Administradores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas senhorias as demonstrações financeiras da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2025, acompanhada das respectivas notas explicativas e relatório do auditor independente, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A Instituição

Fundada em 2004, a RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, ou EMPRESTA Capital, é uma sociedade de crédito, financiamento e investimento (SCFI) focada na disseminação de linhas de crédito com alto impacto produtivo e socioambiental. Com experiência de mais de 20 anos no mercado financeiro, consolidamo-nos como um dos líderes de mercado em nosso segmento devido ao crescimento robusto e sustentado durante nossa história. Nossa instituição já beneficiou mais de 100.000 empreendimentos, de forma direta ou indireta, entre pessoas físicas e jurídicas, em mais de 60 segmentos diferentes em todo o território nacional.

Nosso foco é trazer soluções de crédito, atendendo a nichos específicos de pessoas físicas, microempreendedores e micro e pequenas empresas, que hoje representam mais de 99% dos empreendimentos no Brasil, segundo o Sebrae — muitas delas sem acesso a produtos de crédito e outras soluções pelos canais tradicionais.

Nossos profissionais são especializados em realizar um atendimento diferenciado aos nossos clientes e criar uma rede de relacionamentos sólida e íntegra, com uma linguagem específica e direcionada. Através de uma estrutura enxuta, processos inteligentes e simplificados, conseguimos identificar e atender as necessidades dos segmentos em que atuamos, superando as limitações existentes nos tradicionais canais de crédito do mercado.

Tendo em vista nosso sucesso e a posição de liderança no mercado de nicho em que atuamos, identificamos a possibilidade de atender à demanda reprimida de outros produtos correlacionados à nossa operação, oferecendo crédito para personagens que orbitam dentro do ambiente em que já atuamos. Para que pudéssemos crescer nesse sentido, em 2021 solicitamos ao Banco Central do Brasil a autorização para atuarmos como SCFI. Após criteriosa análise do regulador, a autorização foi-nos outorgada em 25 de fevereiro de 2022.

A EMPRESTA Capital investiu na qualificação de sua equipe e aprimorou seus processos internos, a fim de atender às novas demandas como SCFI. Solicitamos a mudança de segmentação perante o Banco Central no segundo semestre de 2023, alterando a estrutura de S5 para S4.

Em março de 2025, foi implantado pelo Governo Federal o novo produto de crédito consignado denominado “Crédito ao Trabalhador”, através da Medida Provisória nº 1.292/2025, posteriormente sancionada pela Lei nº 15.179/2025. Neste novo produto, o trabalhador formal pode contratar empréstimos diretamente pela Carteira de Trabalho Digital, sem depender de intermediação da empresa ou convênios estabelecidos entre empregador e instituições financeiras. Um enorme esforço de adaptação de sistemas e processos foi requerido para que pudéssemos atender a este novo produto dentro das condições técnicas estabelecidas pela DATAPREV e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Somos uma das instituições financeiras habilitadas e autorizadas a operar nesta nova modalidade.

O crédito consignado privado representa cerca de 85% de nossa carteira de crédito (por volume); portanto, a adaptação para o Crédito ao Trabalhador foi, e continua sendo, crucial para o pleno atendimento aos nossos clientes.

Mantivemos um acompanhamento constante das empresas e pessoas físicas que compõem nossa carteira de clientes, identificando oportunamente quaisquer sinais de inadimplência e tomando medidas preventivas para minimizar perdas. Todo esse esforço se refletiu em um índice de inadimplência dentro de nossa média histórica, adequado ao perfil de risco da carteira, demonstrando a efetividade das políticas de gerenciamento de riscos da empresa.

Cenário Econômico

No período de janeiro a junho de 2025, o panorama macroeconômico nacional permaneceu marcado por elevado grau de incerteza e forte vigilância dos mercados, refletindo tensões externas e persistência de pressões inflacionárias internas. A atuação do Comitê de Política Monetária (Copom) continuou orientada para a convergência da inflação à meta, com gradativa elevação dos custos de crédito e contenção da liquidez.

O cenário internacional seguiu desafiador, impactado por desaceleração nos Estados Unidos, normalização monetária ainda em curso nas economias avançadas e instabilidades nas cadeias globais. Tais fatores pressionaram expectativas de crescimento e incidiram sobre fluxos financeiros para economias emergentes, exigindo cautela adicional dos formuladores de política monetária.

No Brasil, os indicadores de atividade econômica e mercado de trabalho apresentaram resiliência, mas com sinais de desaceleração nos últimos trimestres. O Produto Interno Bruto (PIB) mostrou continuidade no hiato positivo, exigindo atenção à trajetória da demanda.

A inflação medida pelo IPCA e suas componentes essenciais seguiu acima da meta, e as expectativas para 2025 mantiveram-se elevadas. O Copom, no exercício de calibragem, levou em conta esse cenário de persistência inflacionária, rigidez da política fiscal e possíveis choques de oferta externos ou câmbio desfavorável. O Comitê expressou preocupação com riscos de desancoragem de expectativas, inflação de serviços resistente e pressões fiscais, considerando tais fatores como elementos que podem elevar a taxa neutra da economia e encarecer o processo de desinflação.

Em junho de 2025, a Taxa Selic foi elevada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil para 15% ao ano, após um aumento de 0,25 ponto percentual na reunião realizada em 18 de junho. Com essa decisão, o Copom marcou o sétimo aumento consecutivo da taxa e reforçou a intenção de mantê-la nesse patamar por um período prolongado, para avaliar os efeitos acumulados das decisões anteriores.

No balanço prospectivo, destaca-se uma tendência de alta nos riscos inflacionários, mais pronunciada do que os cenários de baixa, exigindo vigilância contínua da política monetária.

Captação

Nossa captação está concentrada na emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) negociados nas principais plataformas digitais de investimento do Brasil. Todos os títulos emitidos foram disponibilizados por Distribuidoras de Títulos e Valor Mobiliários (DTVMs) de renome e possuem garantia do Fundo Garantidor de Crédito, cumprindo todo os requisitos legais e operacionais demandados por reguladores.

Números de Clientes

Em consonância com o contínuo movimento de progresso, a organização expandiu seu alcance abarcando tanto indivíduos quanto entidades empresariais, resultando em um total de 19.458 clientes ativos em junho de 2025. Desse montante, 19.221 são clientes de natureza física, ao passo que 237 são de natureza jurídica.

Inadimplência

Ao mantermos a estratégia de atuação no mesmo segmento de mercado, trabalhando com os produtos e soluções com um público que já conhecemos e atuamos de longa data, fomos capazes de manter a inadimplência dentro do patamar histórico da carteira.

Na posição de 30/06/2025, a inadimplência total da carteira acima até 12 meses é de 10,94%. Os valores constituídos como provisão para perdas de crédito na carteira de empréstimos seguem o regramento estabelecido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.966 e do Banco Central do Brasil nº 352.

Resultados

No primeiro semestre de 2025, a RPW S/A SCFI apresentou resultado líquido positivo de BRL 5.556 mil. No período, a carteira de crédito atingiu o volume de BRL 158.558 mil em junho/25, com um crescimento 13,13% com relação a carteira de crédito em dezembro de 2024, que totalizava BRL 140.155 mil. O crescimento orgânico da carteira é sustentado e possui perspectiva de crescimento contínuo para os próximos semestres. Projetamos a continuidade do crescimento orgânico da carteira para o segundo semestre de 2025.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com o seu apoio e confiança, e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento diário para mantermos a perenidade de nossa companhia.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações Comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram, respectivamente em 04 de novembro de 2024 e 26 de maio de 2025, relatórios de auditoria com ressalvas relacionadas à ausência de evidências apropriadas e suficientes que permitissem concluir sobre os efeitos, se existentes, das provisões de perdas decorrentes do modelo interno de avaliação adotado pela administração.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas Financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de novembro de 2025.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0


Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
 CNPJ 06.249.129/0001-14
 Balanços patrimoniais
 Em 30 de Junho de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	Notas Explicativas	30/06/2025		Notas Explicativas	30/06/2025
Circulante		68.971	Circulante		54.696
Caixa e Equivalente de Caixa	4	2.956	Depósitos a prazo	9	51.986
Disponibilidades		1.501	CDB		51.986
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.455	Obrigações por Empréstimos e Repasses		-
Títulos Públicos Federais - No País		1.145	Outras obrigações	10	2.710
Cotas de Fundo de Renda Fixa		310	Cobrança e arrecadação tributos	10.1	116
Operações de Crédito	6	30.183	Fiscais e previdenciárias	10.1	545
Empréstimos Concedidos		40.852	Diversas	10.2	2.049
Títulos Descontados		809			
(-) Perdas Incorrida Associada ao Risco de Crédito		(13.398)	NÃO CIRCULANTE		
Outros Empréstimos		1.920	Depósitos a prazo	9	108.407
Outros créditos	7	17.042	CDB		108.407
Adiantamento e Antecipações	7.1	48	Patrimônio líquido	11	25.441
Adiantamentos para Pagamentos	7.1	5.200	Capital Social		20.000
Créditos Tributários	7.2	4.059	Reserva legal		126
Impostos a compensar	7.3	1.591	Reservas especiais de lucros		2.465
Participações Pagas	7.3	5.040	Lucro do semestre		2.850
Outros devedores	7.4	1.104			
Outros valores e bens	7.4	18.790			
Despesas Pagas Antecipadamente		18.790			
NÃO CIRCULANTE		119.573			
Títulos e Valores Mobiliários	5	5.782			
Títulos de Renda Fixa - Vinculados		5.782			
Operações de crédito	6	112.551			
Empréstimos Concedidos		117.706			
Títulos Descontados		-			
Outros Empréstimos		2.855			
(-) Provisão s/Perdas Oper. Crédito		(8.010)			
Imobilizado	8	1.240			
Imobilizado		1.240			
TOTAL ATIVO		188.544	TOTAL PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO		188.544
As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.					

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 06.249.129/0001-14

Demonstração do resultado

Exercício findo em 30 Junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	
RECEITAS	Explicativas	30/06/2025
Receitas de Intermediação Financeira		35.278
Operações de Crédito		34.677
Resultado de títulos e valores mobiliários	14	601
Despesas de Intermediação Financeira		(18.896)
Operações de Captação mercado		(11.821)
Provisões para perdas esperadas ao risco crédito		(7.075)
Resultado Bruto Intermediação financeira	13	16.382
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(14.334)
Receitas prestação serviço	15	4.329
Despesas de Pessoal	17	(1.960)
Outras Despesas Administrativas	18	(14.251)
Despesas Tributárias		(1.582)
Outras Receitas Operacionais	16	326
Outras Despesas Operacionais		(1.196)
Resultado Operacional		2.048
Resultado Não Operacional		(5)
Resultado antes I. Renda e C. Social		2.043
Ativo Fiscal Diferido		4.058
IRPJ/CSLL Diferidos	7.2	(545)
	7.2	
Resultado Líquido		5.556

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 30 Junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2025</u>
Lucro Líquido:	5.556
Outros Resultados Abrangentes	(2.706)
Resultado Abrangente do Semestre:	<u><u>2.850</u></u>

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 30 de Junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.000	126	2.465	-	22.591
Efeitos Resolução 4.966				(2.706)	(2.706)
Resultado líquido	-		-	5.556	5.556
Saldos em 30 de junho de 2025	20.000	126	2.465	2.850	25.441
Mutações no semestre	-	-	-	(2.850)	(2.850)

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercício findo em 30 Junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	30/06/2025
Resultado do período	5.556
Ajustes Realizados em Operações de Crédito	(2.706)
Ajustes lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais	
Depreciação	14
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.780
(Aumento) Redução dos Ativos operacionais	
Títulos e valores mobiliários	45
Operações de crédito	(18.257)
Outros créditos	1.089
Aumento (redução) nos passivos operacionais	
Outros valores e Bens	(1.601)
Outras obrigações	(645)
Credores Diversos	(4.182)
Caixa líquido das atividades operacionais	(10.907)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisições/baixas Ativo Imobilizado	(1)
Caixa líquido das atividades de investimento	(1)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Depósito à prazo	10.423
Caixa líquido das atividades de financiamento	10.423
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(485)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	3.441
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	2.956

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em R\$ milhares)

1. Contexto operacional

A RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“RPW”) nova denominação da RPW Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A., (nome fantasia EMPRESTA CAPITAL) iniciou suas atividades no ano de 2004, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Alameda Santos, 787, 2o andar – conjunto 21, no bairro da Cerqueira Cesar, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo.

A **RPW** tem como objetivo principal a concessão de empréstimos e financiamentos a pessoas físicas e jurídicas constituídos na forma de microempreendedores e empresas de pequeno porte, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional comercial ou industrial de pequeno porte, e quaisquer outras operações admitidas a sociedades da mesma natureza, equiparando-se às instituições financeiras para os fins legais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução vigente estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4.966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais.

A Instituição, avaliou os eventos subsequentes até o dia 25 de novembro de 2025, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos financeiros

Títulos e Valores Mobiliários: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352 e legislação complementar.

c) Ativo e passivo circulante e exigível a longo prazo

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

d) Operações de crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia.

e) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 352/23 e legislação complementar.

f) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Não foram evidenciadas perdas no exercício, desta forma não se aplica a redução ao valor recuperável (Impairment). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base na vida útil

g) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Observado esse regramento, salienta-se que no semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve a ocorrência de resultados não recorrentes.

h) Impostos de renda, contribuição social, PIS e COFINS

As despesas de imposto de renda e contribuição social, quando existentes, compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente.

As despesas com PIS e COFINS, quando existentes, são calculadas sobre as receitas sendo as alíquotas aplicadas de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas auferidas.

i) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Instituição no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

A instituição revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente conforme determinado pelas regras contábeis.

j) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivo Contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como

perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

k) Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto.

l) Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas pela média ponderada de ações ordinárias no período. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro (prejuízo) básico por ação, porém, considerando potenciais efeitos de diluição, quando existentes.

m) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância com as orientações da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que determinam a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1) 3 Divulgação sobre Partes Relacionadas.

n) Continuidade

A instituição avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios. Não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

o) Receitas e despesas

As receitas e despesas, são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966/2021

a) Introdução

A Instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos

A instituição classifica seus ativos e passivos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo e Passivo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Depósitos Interfinanceiros - Ativos	Negociação	Valor Justo no Resultado
Depósitos Interfinanceiros Rural	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Títulos Públicos Federais	Negociação	Valor Justo no Resultado
Cotas de Fundos de Investimento	Negociação	Valor Justo no Resultado
Depósitos Interfinanceiros - Passivos	Pagamentos de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Letras de Crédito do Agronegócio	Pagamentos de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

4. Caixa e equivalente de Caixa

Os valores em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais.

30/06/2025

Caixa	1
Bancos contas movimento	1.490
Banco Central Reservas Livres	10
Total	<u>1.501</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Cotas de Fundos de Investimentos.

	<u>30/06/2025</u>		
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	Classificação Contábil
Cotas de fundos de investimentos(iii)	1.155	-	Custo Amortizado
FIDC INVESTOR (ii)	300	-	Custo Amortizado
Debêntures - títulos mantidos até o vencimento (i)	-	5.782	Custo Amortizado
Total	1.455	5.782	

- (i) Data de emissão privada das debêntures simples, subordinadas, não conversíveis em ações e não endossáveis em 22 de dezembro de 2021 e o prazo de vencimento é de 180 (cento e oitenta) meses. Com o custo de compra de R\$ 682 mil e valor nominal unitário de subscrição de R\$ 1.000,00.
- (ii) Aplicado em 30/06/2025 8,2877 cotas no Investor FIDC Senior, valor de 300 mil.
- (iii) Valor de 18,68 cotas de DI Bradesco

6. Operações de crédito

Estão representados por operações de crédito sob a forma de empréstimos e títulos descontados, que totalizaram R\$ 159.366 em junho de 2025. Sendo R\$ 158.557 de empréstimos e R\$ 809 de títulos descontados.

6.1 - Segregação das operações de crédito entre curto e longo prazo

	<u>30/06/2025</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	40.852	117.706	158.558
Títulos Descontados	809	-	809
Total	41.661	-	159.367
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.398)	(8.010)	(21.408)
	28.263	109.696	137.959

6.2 - Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte:

	<u>30/06/2025</u>
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	159.368
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	133.543
Empréstimos e Direitos Creditórios	133.543
Metodologia Simplificada – Ativo Problemáticos	25.825
Empréstimos e Direitos Creditórios	25.825

6.3 – Classificação por Carteira de Risco de Crédito e provisão a seguinte:

30/06/2025

Classificação por Carteiras de Provisão	159.366
Carteira C4	30.004
Não Problemáticos	28.772
De 0 a 14 dias de atraso	28.600
De 15 a 30 dias de atraso	48
De 31 a 60 dias de atraso	124
De 61 a 90 dias de atraso	0
Problemáticos Adimplidos	44
De 0 a 90 dias de atraso	444
Problemáticos Inadimplidos	1.183
Inadimplido - período menor que um mês	672
Inadimplido - período menor que um mês	47
Inadimplido - período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	672
Inadimplido - período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	18
Inadimplido - período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	9
Inadimplido - período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	9

Inadimplido - período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	27
Inadimplido - período igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	53
Inadimplido - período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	22
Inadimplido - período igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	22
Inadimplido - período igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	23
Inadimplido - período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	23
Inadimplido - período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	23
Inadimplido - período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	153
Inadimplido - período igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	35
Inadimplido - período igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	31
Inadimplido - período igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	1
Inadimplido - período igual ou maior que 16 e menor que 17 meses	12
Inadimplido - período igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	3
Carteira C5	129.362
Não Problemáticos	104.769
De 0 a 14 dias de atraso	99.803
De 15 a 30 dias de atraso	2.394
De 31 a 60 dias de atraso	1.298
De 61 a 90 dias de atraso	1.274
Problemáticos Adimplidos	685
De 0 a 90 dias de atraso	685
Problemáticos Inadimplidos	23.908
Inadimplido - período menor que um mês	1.715
Inadimplido - período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	1.215
Inadimplido - período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	1.349
Inadimplido - período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	1.321
Inadimplido - período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	1.481
Inadimplido - período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	1.300
Inadimplido - período igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	1.315
Inadimplido - período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	1.476
Inadimplido - período igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	1.330

Inadimplido - período igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	1.318
Inadimplido - período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	1.319
Inadimplido - período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	1.389
Inadimplido - período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	1.483
Inadimplido - período igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	1.372
Inadimplido - período igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	1.168
Inadimplido - período igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	506
Inadimplido - período igual ou maior que 16 e menor que 17 meses	484
Inadimplido - período igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	445
Inadimplido - período igual ou maior que 18 e menor que 19 meses	499
Inadimplido - período igual ou maior que 19 e menor que 20 meses	364
Inadimplido - período igual ou maior que 20 e menor que 21 meses	471
Inadimplido - período igual ou maior que 21	588

6.4 Movimento da Provisão para Perdas

MOVIMENTO PROVISÃO PERDAS DE RISCO DE CRÉDITO

Saldo Provisão 31/12/2024	(11.628)
Ajuste cfme 4.966	(2.706)
Constituição Provisão semestre	(7.075)
Baixas para prejuízo	1
<u>Saldo em 30.06.2025</u>	<u>(21.408)</u>

7. Outros créditos

7.1.- Adiantamentos concedidos

	<u>30/06/2025</u>
Adiantamentos salariais	48
Adiantamentos a prestadores de serviços	5.200
	<u>5.248</u>

7.2.- Créditos tributários

Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social até 30 de junho de 2025.

IRPJ DIF. S/ PROV. OP. CRED (b)	579
CSLL DIF. S/ PROV. OP. CRED (b)	347
IRPJ DIF. S/ PROV. OP. CRED 2024 (a)	1.958
CSLL DIF. S/ PROV. OP. CRED 2024 (a)	1.175
Total imposto diferido	<u>4.059</u>

- (a) Impostos diferidos sobre perdas de crédito inadimplidos em 31/12/2024 conforme artigo 6º Lei 14.467/2022.
- (b) A RPW não possui direitos sobre compensação de prejuízos fiscais acumulados, bem como não constituiu ativos diferidos desta natureza. Por outro lado, a RPW possui direitos sobre despesas temporariamente dedutíveis sobre a provisão para devedores duvidosos, cuja perda definitiva ainda não reuniu as condições de dedutibilidade permitida pelas regras do imposto de renda, tendo constituído créditos tributários de diferenças temporárias, cujo valor presente é R\$ 925 em junho de 2025. Calculadas conforme artigo 1 Lei 14.467/2022.

7.3 - Impostos a compensar

Refere-se a impostos pagos por antecipação do próprio exercício ou retidos nas aplicações da Companhia, que serão compensadas na declaração do imposto de renda da pessoa jurídica:

	<u>30/06/2025</u>
Antecipação IRPJ/CSLL	801
Outros Imp/Contrib. a maior	181
Impostos retidos pago a maior	239
PIS/Cofins pg maior	122
IRPJ 2022 Pg a maior	44
Saldo Negativo 2024	204
TOTAL	<u>1.591</u>

Participações Pagas

	<u>30/06/2025</u>
ANTECIPAÇÃO LEANDRO	2.611
ANTECIPAÇÃO RPW PARTICIPAÇÕES	912
ANTECIPAÇÃO RICARDO	1.517
TOTAL	<u>5.040</u>

7.4 - Diversos

	<u>30/06/2025</u>
Clientes a Receber	65
Depósito Caução Aluguel	205
Outros devedores (a)	574
Outros	260
TOTAL	<u>1.104</u>

(a) Na rubrica Outros devedores estão registrados valores a serem regularizados a transação com outras instituições financeiras.

	<u>30/06/2025</u>
Diferimento de custos (i)	<u>18.790</u>

(i) Diferimento de no montante de R\$ 18.790, refere-se a despesas que contribuem para origemação de operações de crédito, as quais são diferidas pelo prazo médio da carteira, que em 2025 foi de 25 meses.

8. Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Não foram evidenciadas perdas no período, desta forma não se aplica a redução ao valor recuperável (*Impairment*). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base na vida útil. O ativo imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

Saldo em:	<u>Equip Proces. dados</u>	<u>Instalações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Intangível</u>	<u>Investimentos</u>	<u>Total</u>
01/01/2025	89	202	112	8	1154	1.565
Adições - -						-
Baixas					-	-
30/06/2025	89	202	112	8	1.154	1.565
Depreciação						
01/01/2025	-	(202)	(102)	(8)	-	(312)
Depreciações	-		(13)		-	(13)
30/06/2025	-	(202)	(115)	(8)	-	(325)
						1.240

9. Depósitos a prazo

	30/06/2025			
<u>Certificado de Depósito Bancário</u>	<u>Em até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 12 meses</u>	<u>De 1 ano a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Não Ligadas	37.574	14.412	109.366	161.352
(-) Agio Diferimento			(95)	(95)
TOTAL	37.574	14.412	108.408	160.393
Classificação contábil	CUSTO AMORTIZADO			

- (i) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, vinculadas às variações diárias do CDI com remuneração média de 114,11% da variação do CDI e prazo médio de emissão de 730 dias, exclusivamente negociado com corretoras parceiras.

10. Outras obrigações

10.1 - Fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2025</u>
	<u>661</u>
Impostos sobre operações financeiras	116
Impostos e contrib. Terceiros	23
Impostos e contrib. Salários	106
PIS, a COFINS e ISS próprio	416

10.2 Diversas

	<u>30/06/2025</u>
	<u>2.049</u>
Operações por aquisições de direitos	25
Despesas de Pessoal	455
Provisão para Contingências	16
Credores Diversos (a)	1.553

(a) Parcelas de clientes a serem liquidados em períodos subsequentes.

11. Patrimônio líquido

O capital de R\$ 20.000 (vinte milhões de reais) após a integralização fica dividido em 8.693.762 (oito milhões, seiscentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e dois) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, indivisíveis em relação à sociedade.

Lucros ou Prejuízos Acumulados: a Instituição apresentou lucro no primeiro semestre de 2025 no valor de R\$ 5.556 (cinco milhões quinhentos e cinquenta e seis mil).

Referente às demais reservas:

- Reserva Legal: Constituída com destinação de 5% do resultado do exercício de 2024 no valor de R\$ 116 (cento e dezesseis mil reais)
- Reservas de Lucros está composta pelos valores R\$ 1.325 (um milhão, trezentos e vinte e cinco mil reais) de dividendos Obrigatórios não distribuídos e R\$ 1.138 (um milhão, cento e trinta e oito mil reais) de Outras reservas.
- **Ajustes Realizados em Operações de Créditos:** Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a empresa revisou a classificação e mensuração de seus ativos financeiros. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se uma redução total de R\$ 2.706 (dois milhões, setecentos e seis mil) no patrimônio líquido, decorrente da reclassificação da mensuração inicial de provisões ativas. Essa reclassificação reflete de maneira mais adequada o valor justo desses instrumentos financeiros, alinhando-os às práticas contábeis internacionais e proporcionando uma representação mais precisa da posição financeira da empresa.

12. Provisão para contingências

A administração identificou montantes a serem provisionados de contingência cível de 16 mil conforme NE 10.2 e de contingência cível de possível perda o valor de R\$ 2.103 Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i-) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii-) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii-) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

13. Receita de Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela RPW S/A SCFI.

	<u>30/06/2025</u>
<u>Receita de Operações de Crédito</u>	<u>34.677</u>
Rendas de Empréstimos	34.541
Rendas de Direitos Creditórios	136

14. Receita com Títulos e Valores Mobiliários

	<u>30/06/2025</u>
<u>Receita Com Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>601</u>
Rendas de Títulos de Renda Fixa	36
Rendas de Aplicações em Fundos	565

15. Receita de Prestação de Serviços

	<u>30/06/2025</u>
<u>Receita de Prestação de Serviços</u>	<u>4.329</u>
Receita de Tarifas – PN E MEI	1.828
Receita de Tarifas – PJ	3
Receitas de Outros Serviços	2.498

16. Outras Receitas

	<u>30/06/2025</u>
<u>Outras Receitas</u>	<u>326</u>
Recuperação de Ativos Financeiros	158
Outras Rendas Operacionais	111
Outras Receitas Não Operacionais	57

17. Despesa com pessoal e honorários

	<u>30/06/2025</u>
	<u>(1.960)</u>
Despesa Pró-labore diretoria	(47)
Despesa de pessoal-Benefícios	(516)
Despesa de pessoal-Encargos sociais	(285)
Despesa de pessoal-Proventos	(969)

Despesa de pessoal-Treinamento	(11)
Despesa de pessoal-Remuneração de estagiários	(12)
Participações no lucro	(120)

18. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2025</u>
	<u>(14.251)</u>
Água, energia e gás	(16)
Despesa de processamento dados	(989)
Serviços técnicos especializados (a)	(1.883)
Comunicação	(243)
Serviços do sistema financeiro	(2.083)
Despesas com Transporte	(465)
Serviços de terceiros (b)	(7.164)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(395)
Despesa Manutenção e conservação/material	(39)
Aluguéis	(524)
Despesas Viagens	(197)
Outras despesas administrativas (i)	(253)

- (i) O valor de R\$ 253 de Outras despesas administrativas, compreende despesas gerais como correios, taxas, copa/limpeza e demais despesas inclusas no cartão corporativo.

<u>Serviços técnicos especializados (a)</u>	<u>(1.883)</u>
Despesa com serviços contábeis	(114)
Despesa com assessoria jurídica	(1.237)
Despesa com suporte de informática	(72)
Consultoria Financeira	(321)
Auditorias Externa e Interna	(139)

<u>Serviços de terceiros (b)</u>	<u>(7.164)</u>
Despesa com serviços de proteção ao crédito	(103)
Despesa com cartório	(1)
Despesa com comissão	(3.549)

Despesa com Serviços de Cobrança	(66)
Outras despesas com serviços de terceiros	(75)
Despesas Representação Comerciais	(3.248)
Despesas com Processos Judiciais	(122)

19. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As transações que a RPW SCFI tem com partes relacionadas são, empréstimos concedidos a Holding e aos dois sócios da instituição, sendo:

- Operação efetuada para Holding em 12/2022 no valor de R\$ 500 mil a ser liquidado em 48 meses, com taxa nominal de 1,4% a.m. e taxa efetiva de 1,48461% a.m, com primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2024 e último vencimento em 15 de janeiro de 2027. O saldo devedor em 30 de junho de 2025 é de R\$ 244 mil.
- Operação efetuada para Holding em 12/2024 no valor de R\$ 700 mil a ser liquidado em 48 meses, com taxa nominal de 1,4% a.m. e taxa efetiva de 1,45657% a.m, com primeiro vencimento em 21 de fevereiro de 2025 e último vencimento em 21 de janeiro de 2029. O saldo devedor em 30 de junho de 2025 é de R\$ 656 mil.
- Operação efetuada para o sócio Leandro Lopes Ferreira em 12/2024 no valor de R\$ 200 mil a ser liquidado em 48 meses, com taxa nominal de 1,4% a.m. e taxa efetiva de 1,54997% a.m, com primeiro vencimento em 15 de fevereiro de 2025 e último vencimento em 15 de janeiro de 2029. O saldo devedor em 30 de junho de 2025 é de 194 mil.
- Operação efetuada para o sócio Ricardo George Assaf em 12/2024 no valor de R\$ 200 mil a ser liquidado em 48 meses, com taxa nominal de 1,4% a.m. e taxa efetiva de 1,5495% a.m, com primeiro vencimento em 21 de fevereiro de 2025 e último vencimento em 21 de janeiro de 2029. O saldo devedor em 30 de junho de 2025 é de R\$ 191 mil.

	<u>30/06/2025</u>
Holding	900
Leandro Lopes Ferreira	194
Ricardo George Assaf	191

20. Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

A Instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

	<u>30/06/2025</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.043
Adições	7.079
(Exclusões)	(9.122)
Juros sobre o Capital Próprio	-
Base de cálculo	-
IRPJ à alíquota de 15%	-
IRPJ à alíquota de 10% sobre adicional	-
Incentivos Fiscais - PAT (a)	-
IRPJ Devido	-
CSLL à alíquota de 15%	-
Total	-

21. Adequação ao acordo de capitais – BASILÉIA

A Instituição optou pela metodologia disposta na Resolução 4.958/21 para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência. O Índice de Basileia da Empresta Capital em 30 de junho de 2025 estava em 14,90%.

Valores em R\$ Mil	30/06/2025
Patrimônio de referência	24.470
RWA (ativos ponderados pelo risco)	184.329
PR mínimo requerido para RWA	14.746
Índice de Basileia	14,90%

22. Gestão integrada de riscos e de capital

A EMPRESTA Capital busca a excelência nas práticas de governança corporativa, bem como a transparência na gestão das diversas atividades da empresa. A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital implementada atua em linha com a sua estratégia e seu modelo de negócios, e é compatível com a natureza das operações, a relevância de exposição a riscos, e com a importância sistêmica da Instituição.

Visando assegurar que a EMPRESTA Capital construa um futuro sólido e sustentável, a estrutura de Gerenciamento de Riscos trabalha de forma centralizada e integrada, para garantir que todos os riscos por ela incorridos sejam devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados. Composta por responsáveis específicos para cada um dos riscos, os quais subsidiam, através de um Comitê de Riscos, a alta administração da Organização em decisões estratégicas, esta estrutura dispõe de uma área cuja competência é avaliar os riscos incorridos pela Instituição de forma integrada.

Em conformidade com a Resolução 4.557/17 do Banco Central, o gerenciamento integrado de riscos atua de forma independente das áreas de negócios, e cujas atribuições abrangem:

- Supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- Adequar as políticas, os processos, os relatórios, os sistemas e os modelos utilizados no gerenciamento de riscos aos objetivos estratégicos da EMPRESTA Capital;
- Promover a adequada capacitação dos integrantes da unidade de gerenciamento de riscos, acerca dos seus modelos, políticas, processos, relatórios e sistemas;
- Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e capital.

Visando fortalecer a Gestão de Riscos por toda a Organização, a estrutura de gerenciamento de riscos identifica mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga os seguintes riscos:

- Risco de Crédito.
- Risco de Mercado;
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;

- Risco Socioambiental;
- Risco de Conformidade; e
- BCP (Business Continuity Plan).

Tais áreas de riscos contam ainda com o apoio efetivo das equipes de Auditoria, Compliance / Controles Internos e Jurídico, que atuam na aplicabilidade e aderência de todos os processos às políticas instituídas pela empresa.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a Organização mantenha uma estrutura de gestão de riscos compatível com a natureza das operações, multiplicidade das atividades e processos, bem como administração eficiente dos recursos material, sistêmico e humano.

Risco operacional

A Diretoria da EMPRESTA Capital estabeleceu a Autoavaliação como técnica para avaliação de riscos e controles visando o fortalecimento da cultura de risco e controle da Organização. A Autoavaliação é desenvolvida por meio de revisão do fluxo dos processos / controles, por mapeamentos e reuniões estruturadas com a participação das áreas gestoras dos processos e facilitadas pela área de Compliance e Riscos da EMPRESTA Capital, que estimula a participação dos envolvidos para identificação e mensuração dos riscos.

A avaliação do risco é feita com base na coleta de informações, quantitativas e qualitativas:

A probabilidade é medida considerando o registro histórico / frequência dos eventos / ocorrências, a existência de reincidências, e a vulnerabilidade dos processos, vis-à-vis a eficácia e efetividade operacional dos controles executados que mitigam a probabilidade.

O impacto é medido considerando a importância dos processos e os objetivos operacionais / objetivos de confiabilidade das demonstrações financeiras e não financeiras e objetivos de compliance, bem como o registro histórico de perdas financeiras/potenciais, perdas estimadas e a vulnerabilidade dos processos, vis-à-vis a eficácia e efetividade operacional dos controles executados que mitigam o impacto.

Os impactos e probabilidades são avaliados qualitativamente utilizando escalas de categorias conforme demonstramos adiante, os riscos alto e médio devem ser priorizados com o objetivo de identificar as causas (que podem contribuir para a materialização do risco), bem como devem ser adotadas medidas corretivas e preventivas para solução imediata dos problemas encontrados ou para o desenvolvimento de plano de ação para mitigação do risco identificado / correção das deficiências encontradas.

A Diretoria Administrativa Financeira, em conjunto com o Comitê de Riscos, mensurou os valores de perdas que serão aceitas mediante ao Apetite a Risco da organização para cada tipo de risco identificado.

Mecanismos e estratégias de mitigação de risco operacional

A área de Risco e Compliance promove a avaliação dos processos e controles internos, monitora os indicadores de risco operacional, fomenta discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelece planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização, visando assegurar que:

- Os processos de gerenciamento de riscos sejam conduzidos adequadamente e de forma integrada entre as áreas da instituição visando o alcance das metas e objetivos estabelecidos pela Diretoria e Conselho de Administração;
- Os riscos relevantes sejam identificados e avaliados, inclusive os riscos de prestadores de serviços relevantes;
- Práticas de gerenciamento de riscos são implementadas, auxiliando os gestores dos processos a reportarem adequadamente informações relacionadas a riscos e adotar medidas corretivas para correção de deficiências;
- Informações de risco relevantes são capturadas e comunicadas de forma oportuna por toda a instituição, permitindo que colaboradores, Diretoria Administrativa, e Comitê Executivo cumpram com suas responsabilidades;
- Ações preventivas e corretivas são implementadas para solucionar problemas e corrigir deficiências em processos e controles visando a redução de riscos operacionais e níveis aceitáveis;
- O conhecimento e as informações sobre riscos são apropriadamente compartilhados para auxiliar todas as funções a desempenhar melhor seus papéis de forma eficiente;
- Processos e controles são desenvolvidos para auxiliar as áreas de negócios e de operações a gerenciar os riscos operacionais;
- Orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos são fornecidos a todos os níveis organizacionais da instituição; e
- A Diretoria e o Comitê Executivo são alertados sobre questões emergentes, mudanças no cenário regulatório e quanto a existência de novos riscos não abordados anteriormente que impactam o segmento de atuação.

Risco de mercado

Conforme a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Dada as características da EMPRESTA Capital, de seu modelo e escopo de negócios e de seu mercado de atuação, o risco de mercado é bastante mitigado.

Tipos de riscos

Considerando as operações da EMPRESTA Capital, o Comitê Executivo entende que para mitigação do Risco de Mercado, a instituição deve avaliar e acompanhar os seguintes pontos detalhados a seguir:

Taxas de juros - Empréstimos Empresta capital X concorrência

A EMPRESTA Capital busca adotar taxas competitivas perante a concorrência, mas também observando a viabilidade da operação, a sustentabilidade do negócio e o atingimento de um retorno compatível com o risco.

Taxa SELIC

A Taxa SELIC deve ser objeto de acompanhamento pelo Comitê Executivo, considerando o efeito na remuneração do capital, nas taxas de juros praticadas pelo Mercado Financeiro e no custo de captação.

Dada as características do modelo de negócios da EMPRESTA Capital, a variação da taxa SELIC influencia as taxas de remuneração aos cotistas do FIDC da qual somos o único originador e agente de cobrança e, por consequência, os custos de funding da instituição.

Investimentos de recursos próprios

Os recursos próprios da EMPRESTA Capital são aplicados em investimentos de natureza conservadora, conforme Política de Investimentos específica e vigente, aprovada pela Diretoria Executiva.

Tecnologia

A Administração deve acompanhar os avanços tecnológicos que podem impactar nas operações e no serviço prestado ao cliente.

Novas ferramentas devem ser implementadas, observada a relação custo X benefício, visando conferir ganhos de produtividade e melhor prestação de serviços a clientes.

Ações governamentais e órgãos reguladores

Deve ser objeto de acompanhamento obrigatório pelo Comitê Executivo o cumprimento da legislação e de demais normativos em vigor bem como, de legislações e normativos em estudos que possam impactar futuramente nas operações da instituição.

Monitoramento contínuo

O Comitê Executivo EXCO monitora periodicamente os riscos de mercado envolvidos no negócio da EMPRESTA Capital em suas reuniões de avaliação e acompanhamento de negócios.

A ferramenta utilizada para análise do seu custo de funding é o WACC (Weighted Average Cost of Capital). Este documento tem circulação restrita entre os membros do Comitê Executivo, e com a Coordenação Financeira.

A ferramenta utilizada para acompanhamento do cumprimento de legislação, Resoluções do Banco Central e Normativos atualizados é realizado por um sistema de gestão denominado GRISK, tendo como responsáveis pelas visualizações as áreas de Risco e Compliance.

Risco de conformidade

Estrutura de gerenciamento de risco de conformidade

De acordo com a Resolução 4.595/17 do Banco Central do Brasil define-se Risco de Conformidade a não contribuição ou não cumprimento das diversas normas, procedimentos e padrões mínimos de monitoramento das atividades de Compliance para que sejam seguidos por todos os colaboradores da Organização na implementação das melhores práticas de Governança Corporativa e adequação aos preceitos das Resoluções 2.554/98, 4.595/17 e 4557/17 do Banco Central do Brasil.

Na EMPRESTA Capital, a área de Compliance está subordinada à Diretoria Administrativa Financeira, podendo inclusive, se reportar ao Comitê Executivo. O Compliance deve assegurar a imparcialidade e o sigilo das informações tratadas. A independência também se aplica aos acessos físicos em relação aos demais departamentos, à segregação de processos, e aos sistemas utilizados. Como premissa, todas as áreas devem garantir o livre acesso dos responsáveis por atividades relacionadas à função de Compliance aos sistemas, informações e documentos necessários para o exercício de suas atribuições.

Políticas de gestão de compliance

A política relacionada à Compliance da EMPRESTA Capital estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Riscos e abrange os seguintes pontos:

- Papéis e responsabilidades;
- Princípios de Atuação
- Missão e Responsabilidade da Coordenadoria de Compliance;
- Controle e monitoramento; e
- Garantia da Independência do Trabalho Executado.

Risco socioambiental

Estrutura de gerenciamento de risco socioambiental

De acordo com a Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil define-se Risco Socioambiental o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição. Na EMPRESTA Capital, o processo de gerenciamento de Risco Socioambiental é realizado de forma compatível com a natureza das suas operações. Trata-se de um risco bastante mitigado dada a nossa atuação em nicho específico de Pessoa Jurídica (micro e pequenas empresas).

Nossa política de concessão de crédito defende e aplica ativamente, em todo e qualquer empreendimento realizado, o respeito aos direitos humanos, a igualdade, a ética, ao meio-ambiente, o combate a corrupção e a conformidade as leis e regulamentações aplicáveis, bem como a intolerância a qualquer tipo de atividade ilícita.

Risco de liquidez

Para gerenciamento do risco de liquidez, a RPW mantém os seguintes controles, que podem ser evidenciados pelos reportes encaminhados a Diretoria Executiva na periodicidade descrita:

- Acompanhamento diário de fluxo de caixa;
- Projeção trimestral de fluxo de caixa (material enviado pela Dir. Adm. Fin ao EXCO);
- Acompanhamento semanal de recebimentos do mês;
- Acompanhamento do fluxo de caixa de originações e despesas do mês, liquidações em carteira e identificação de necessidade de captação;
- Índice de Inadimplência Carteira Própria;
- Rentabilidade mensal e anual RPW S/A;
- Custo de Captação mensal e anual;
- Projeções de Captação mensal e anual; e
- Fluxo de pagamentos mensal e anual das captações.

Risco de crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil, define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Formas de atuação

A RPW S/A SCFI pode atuar direta e isoladamente com seus clientes, ou ainda em conjunto com outros parceiros como Correspondentes Bancários, Redes de Distribuição e Agentes Comerciais, para a realização de operações de crédito.

Para cada parceiro com que a RPW tenha interesse em operar deve ser formalizado um convênio de parceria, a ser elaborado pelo Jurídico da companhia, com cláusulas e condições específicas conforme a característica dos negócios. Dentro das políticas estabelecidas nas parcerias, a companhia determinará as cláusulas constantes nos contratos a serem formalizados com os clientes finais. Os parceiros são responsáveis pela indicação do cliente a RPW para a realização de operações de crédito e, sempre que possível, pelo apoio e situações de cobrança.

Processo de crédito

O processo de crédito é constituído pelas seguintes etapas:

Concessão: é a porta de entrada no relacionamento de crédito com a RPW. Abrange a análise do cliente e da operação:

- Análise do cliente: deve-se observar a sua capacidade de repagamento, as suas informações cadastrais e financeiras, a finalidade do recurso e sua disposição de realizar o pagamento da operação.
- Análise da operação: a RPW busca compatibilizar a oferta de produtos de crédito adequados ao perfil e à capacidade de pagamento do cliente.

Acompanhamento e manutenção: compreende a fase de acompanhamento da aplicação dos recursos liberados, o gerenciamento das garantias, monitoramento da situação do tomador, entre outras ações de gestão do risco.

- O principal objetivo nesta fase é a prevenção contra a inadimplência dos ativos ou a ação imediata caso se detecte a deterioração do crédito.

Cobrança: caracteriza-se pela utilização de mecanismos que asseguram o retorno dos recursos emprestados, levando-se em conta algumas variáveis como o relacionamento do cliente com a empresa, a minimização de custos legais e a utilização de mecanismos automatizados de cobrança e recebimento de dívidas.

Recuperação: trata-se da fase em que a RPW busca reduzir as perdas de crédito, minimizar os custos de recuperação e aumentar a taxa de recuperação. Estão contemplados nesta etapa o processo de cobrança extrajudicial, terceirização (contratação de empresas para prestar serviços de cobrança e recuperação de créditos inadimplidos) e a cobrança judicial.

Políticas de risco de crédito

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito da RPW estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Riscos, e estão especificadas a seguir:

- Procedimento de Operação de Crédito Consignado Produtivo;
- Procedimento de Operação de Crédito Financiamento Condomínio;
- Procedimento de Operação de Crédito Consignado Produtivo Terceirizado;
- Procedimento de Operação de Desconto de Duplicatas; e
- Política de Crédito.

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de qualquer alteração significativa nos indicadores da carteira de crédito, mudanças nas estratégias comerciais e operacionais em adequação ao mercado, ou em decorrência de eventos relevantes que possam impactar significativamente nos negócios.

Estratégias

Com o objetivo de manter o Risco de Crédito em níveis adequados, a área de Riscos monitora os indicadores de crédito e, caso haja necessidade, estabelece correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite de riscos adotados pela organização. As correções envolvidas podem incluir:

- Revisão na política de crédito mencionadas anteriormente;
- Revisão dos modelos internos;
- Avaliação de novas ferramentas de mercado; e
- Alteração no Normativo Operacional para Cobrança de Clientes em atraso.

A área de Risco de Crédito atua em parceria com a área de Recuperação de Crédito e Jurídico na avaliação dos inadimplentes. Além de contribuir em ações estratégicas com a cobrança, sempre

buscando alavancar os resultados de recuperação de saldos inadimplentes e consequentemente mitigando as perdas de crédito.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de emissão das demonstrações contábeis.